



**FENPROF FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES**

R. Filho de Almeida, 2 - 1070-128 LISBOA Tel. 213819190 Fax: 213819198 E-Mail: fenprof@fenprof.pt

*Circular  
P. de Sem  
da SRE  
4/11/05*

Ao Ministério da Educação  
Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
Ao Ministério da Saúde  
Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Ao Ministério da Defesa Nacional  
Ao Ministério da Justiça  
Ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas  
Ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
A todos os órgãos e serviços da Administração Pública  
Aos Institutos Públicos do Autonomia  
À Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo  
À Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado  
À Associação dos Colégios com Contrato de Associação  
À Associação Nacional de Ensino Profissional  
À Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade  
À União das Misericórdias Portuguesas  
À Secretaria Regional de Educação e Ciência da Região Autónoma dos Açores  
À Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Região Autónoma dos Açores  
À Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira  
A todas as entidades interessadas

## PRÉ-AVISO DE GREVE

### PROFESSORES EXIGEM RESPEITO!

Nos termos da Lei apresenta-se o Pré-Aviso de Greve para o dia 18 de Novembro de 2005, abrangendo todos os Docentes de todos os graus de ensino e com base nos seguintes fundamentos:

Sobre os professores e educadores portugueses tem-se abatido um fortíssimo ataque que pretende atingir aspectos essenciais da sua profissionalidade e liquidar direitos fundamentais inscritos no seu estatuto de carreira. Junta-se a este ataque uma ignóbil campanha política junto da opinião pública com o intuito de denegrir a imagem do conjunto dos docentes perante a sociedade e, dessa forma, serem criadas condições favoráveis à ofensiva em curso.

A FENPROF rejeita o descrédito público que o Governo vem lançando sobre o exercício da função docente, pondo em causa um bom exercício da actividade dos Professores e Educadores, bem como o factor educativo dentro das escolas.

F-150/2005  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA  
R. Filho de Almeida, 2 - 1070-128 LISBOA  
Tel. 213819190 Fax: 213819198  
E-Mail: sosl@ppsi.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA REGIÃO CENTRO  
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 71  
3000-250 COIMBRA  
Tel. 229851000 Fax: 229851800  
E-Mail: sprof@mid.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA REGIÃO AÇORES  
Av. D. João III, 1º 10 - 3º  
9300-510 Ponta Delgada  
Telefones: 296205960 Fax: 296629498  
E-Mail: sgra.smiguel@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANHO  
Sede Social  
Rua Filho de Almeida, 2 1070 128 Lisboa  
Telefones: 213819190 Fax: 213819198

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE  
Edifício Costa Park, R. D. Manuel II, 31-3º  
4050-345 PORTO  
Tel. 228111110 Fax: 226070595  
E-Mail: geral@ppsi.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL  
Av. Condes da Vila Alta, 257  
7000-744 Évora  
Tel. 266759270 Fax: 266758274  
E-Mail: spps-evora@mid.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA  
Edifício Cruz Carpa R. Elza Garcia, Bloco V - 1º A  
9054-925 FUNCHA  
Tel. 291206300 Fax: 2912061  
E-Mail: ssm@nemadeira.com

Sede Paris  
166 rue de Ménilmontant

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCACAO  
Gabinete do Secretario

Entrada	PROCESSO(S)	DATA
5593	1.1	2005/11/04

Não está só em causa a ilegalidade da não contagem do tempo de serviço e do agravamento das regras de aposentação, mas também o perfil profissional dos docentes, posto em causa por medidas ilegítimas e/ou ilegais tomadas pelo poder político, as quais atingem tal gravidade que ameaçam tornar irreversível o abastardamento da profissão docente.

Esta situação, só por si muito negativa, é agravada pelo facto de o Governo e o Ministério da Educação actuarem de forma prepotente e arrogante, à margem de quaisquer regras de negociação efectiva. Admitem apenas, e só em relação a algumas matérias, pequenos reparos e acertos técnicos depois de, em primeiro lugar, as ter divulgado à comunicação social, porventura com o propósito, eticamente reprovável, de tornar as suas medidas como definitivas, num cínico atentado ao mais elementar direito à negociação.

Rejeitamos essa prepotência traduzida na produção legislativa que põe em risco o acto pedagógico e educativo e a condição de corpo especial dos Professores e Educadores, bem como das suas carreiras.

Também, com actuação negativa e à margem da negociação, se tem mantido o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Num quadro de crescente precarização das relações contratuais no ensino superior, de reduções reais dos orçamentos das instituições, em que se sucedem os despedimentos e as rescisões contratuais, os docentes do sector público continuam a ver negado o direito constitucional ao subsídio de desemprego.

O silêncio cúmplice do MCTES tem contribuído objectivamente para deteriorar a situação sócio-profissional dos docentes do ensino superior.

É neste contexto e com o objectivo de inverter a situação e de exigir respeito pelos professores e educadores que a FENPROF (FNE/SINDEP) convoca uma Greve Nacional dos Professores e Educadores para o dia 18 de Novembro de 2005, entre as zero e as vinte e quatro horas.

Os professores e educadores portugueses exigem a suspensão do Despacho 17387/2005, de 12 de Agosto, bem como do Despacho Normativo Regional dos Açores número 48/2005, de 11 de Agosto, e a negociação de profundas correcções aos mesmos. Exigem também que sejam respeitados os professores e educadores na aplicação do Despacho 16795/2005, de 3 de Agosto, não lhes cabendo assegurar a realização dos designados prolongamentos de horário. Estes despachos, assentes numa lógica que considera a escola como lugar de guarda e não a valoriza como espaço predominantemente pedagógico, estão a provocar situações de grande instabilidade no

funcionamento dos estabelecimentos e de grande descontentamento na classe docente, provocando fortes tensões dentro da escola que não contribuem para que esta cumpra a sua função principal num clima de serenidade que é indispensável à promoção da qualidade.

Os professores e educadores portugueses exigem ainda a contagem integral do seu tempo de serviço, opõem-se ao agravamento dos requisitos exigidos para a aposentação e contestam a liquidação de direitos sociais e profissionais plenamente justificados pelo exercício de uma profissão muito desgastante, quer física quer psicologicamente.

Os professores e educadores portugueses exigem o reconhecimento do efectivo direito constitucional dos docentes do ensino superior público ao subsídio de desemprego.

Por fim, exigem do Governo da República e das Regiões Autónomas, assim como do Ministério da Educação e das Secretarias Regionais de Educação, respeito pelas regras democráticas de diálogo e negociação com as organizações sindicais e respeito pelas normas consagradas na respectiva Convenção da OIT que têm sido profundamente desrespeitadas apesar de subscritas pelo Estado Português.

No dia 18 de Novembro realizar-se-á, também, uma Manifestação Nacional de Professores e Educadores com o objectivo de dar uma expressão ainda mais visível ao profundo descontentamento que afecta os professores.

Lisboa, 3 de Novembro de 2005

/O Secretariado Nacional

